**O ESPÍRITO SANTO PROMOTOR DE**

**CONTÍNUA PURIFICAÇÃO E**

**RENOVAÇÃO DA IGREJA**

**Prof. Dr. Côn. Pedro Carlos Cipolini**

 **“A Igreja é uma instituição que perdura em**

**virtude da força divina que recebeu de seu**

**fundador. Mais que uma instituição, é uma**

**vida que se comunica” H. de LUBAC [1]**

  **RESUMO**

 O artigo apresenta uma analise a partir da renovação eclesiológica do Vaticano II, em seguida apresenta a pneumatologia como origem desta renovação. A comunhão na Igreja só será possível através do Espírito Santo.

 Palavras-chave: eclesiologia, pneumatologia, comunhão.

**ABSTRACT**

The article analyses the ecclesiological renewal starting with the II Vatican Council; next comes pneumatology as the origin of this renewal. The communion in the Church is only possible through the Holy Spirit.

Key words: Ecclesiology, Pneumatology, Communion.

**INTRODUÇÃO**

Narra-nos os Atos dos Apóstolos, no capítulo dois, o envio do Espírito Santo no dia de Pentecostes, sobre os apóstolos reunidos no Cenáculo. A partir desta narrativa, freqüentemente somos levados a pensar que o Espírito Santo é enviado, derramado sobre a Igreja, para iluminá-la e mostrar-lhe os caminhos de Deus permanecendo, no entanto, ou acima ou fora dela. Esta visão distorcida que temos, herdeira da eclesiologia belarminiana que prevaleceu após o Concílio de Trento, se completa com a visão de que a Igreja funciona, sobretudo, como uma organização, deixada por Jesus e confiada à direção da hierarquia. O Espírito Santo viria somente para autenticar, ou seja, dar força e autoridade às ações da hierarquia e da Igreja.

Na realidade, não é assim, a Igreja só existe como obra do Espírito Santo que nela habita (1 Cor. 3,16; 6,19). O Espírito Santo constitui a Igreja. Sua missão é constitutiva da Igreja, sendo que a ação do Espírito Santo não é determinada pela ação da Igreja. “Não é a Igreja que mostra os rumos ao Espírito. Ao invés, a Igreja deve seguir, e somente existir, na medida em que segue os rumos do Espírito. O Espírito faz da Igreja o seu instrumento e a sua mediação para agir no mundo, um dos seus instrumentos e uma das suas mediações ainda que privilegiada”.[2] A adesão à organização eclesiástica, a pura pregação da Palavra, e nem mesmo as aparições do Ressuscitado aos discípulos medrosos e passivos fez irromper a Igreja e sua missão. Foi o Espírito Santo que fez irromper a Igreja na história, como “Uma carta escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus” (2 Cor 3,3).

O Espírito precede a Igreja. A relação entre o Espírito Santo e a Igreja, como aquela entre o Espírito e Cristo, não é de tipo externo ou de mera assistência à Igreja, mas uma relação essencial, a ponto de constituir a Igreja como afirma Santo Ambrósio [3]. O Espírito Santo é a “alma” da Igreja, é transcendente à Igreja, apesar de ser, também, imanente a ela, enquanto age nela. Não é o Espírito da Igreja, mas o Espírito de Deus na Igreja. O Espírito Santo habita a Igreja.

Neste texto se reflete brevemente sobre a renovação eclesiológica do Vaticano II, no primeiro momento. Num segundo momento, sobre a pneumatologia, como origem da renovação eclesiológica proposta pelo Vaticano II. Em seguida, num terceiro momento, trata-se da relação entre Espírito Santo e Igreja para, num quarto momento, tratar da Igreja renovada por uma nova compreensão pneumatológica. Fala-se em comunhão na Igreja. Sabe-se que somente a partir do Espírito Santo é que esta comunhão se fará possível e compreensível, Ele “é princípio da unidade da Igreja”.[4] Inspira-se esta preleção na idéia de que o Espírito Santo é presença santificante na Igreja: “Ele santifica-a continuamente, com uma ação, ao mesmo tempo purificadora e renovadora”.[5] É esta ação continuada do Espírito, santificando, ou seja, purificando e renovando, que gera a comunhão e unidade da Igreja.

**1. RENOVAÇÃO ECLESIOLÓGICA DO VATICANO II**

Todos hoje são de acordo que a marca mais profunda do concílio Vaticano II é a renovação da eclesiologia [6]. Sem dúvida, o campo teológico mais discutido depois do concílio tem sido a eclesiologia, e não somente pelas orientações dogmáticas em torno do conceito de Igreja, mas muito mais pelas mudanças pastorais que aconteceram na Igreja ultimamente. O principal objetivo do Vaticano II consistiu em renovar a Igreja, para converte-la em um instrumento pastoral mais eficaz no mundo contemporâneo, sendo que podemos denominar a Lumen Gentium de charta magna do Vaticano II. [7]

A imagem da Igreja, formulada no Vaticano II, une de maneira autêntica os conteúdos essenciais das afirmações bíblicas sobre a Igreja com o amplo leque de tradição interpretativa eclesial, de modo particular da patrística. O Vaticano II tentou esboçar uma imagem de Igreja crível para nossa época, na qual a idéia chave é o conceito de “koinonia”, “communio”: comunhão. [8]

Vai surgir do concílio, uma Igreja profundamente renovada, não porque foi mudada sua natureza, ou os dogmas, mas porque se resgatou sua imagem como mistério, fundado primeiramente sobre a comunhão trinitária e em seguida sobre a communio fidelium, na qual se insere a autoridade da hierarquia [9]. Surge uma Igreja mais espiritual, mais evangélica e missionária. O Vaticano II vai fazer aparecer a Igreja como a comunidade de salvação dada por Deus Pai, centrada em Cristo e vivificada continuamente no Espírito Santo. Vai definir a Igreja, parafraseando S. Cipriano, como “o povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.[10]

O Vaticano II entende que a Igreja é Encarnação (vida paixão e morte do Verbo encarnado), mas é também Pentecostes (missão a partir do anúncio do Ressuscitado). O Verbo se fez carne. Fora da carne já não encontramos Deus, é equivocado cair na tentação de sonhar uma “Igreja do Espírito” rejeitando as instituições. É preciso perceber que fora das mediações históricas o Espírito não age. O concílio vai ressaltar o papel da Igreja como mediação de salvação na história, na penumbra do “já e ainda não”. Assim, outra grande novidade eclesiológica do Vaticano II foi ter adotado na Gaudium et Spes alguns postulados do humanismo cristão. [11]

Com a revirada “copernicana” na eclesiologia, como a chama Yves Congar, feita pelo concílio Vaticano II, a Igreja entra em uma nova dimensão de sua existência: o espírito e a orientação da eclesiologia conciliar salienta que, ainda que a Igreja exista em si mesma, não existe para si mesma. Existe para Deus (aspecto doxológico), e existe também para levar o mundo para Deus (aspeto missionário). [12]

Porém, toda esta renovação eclesiológica realizada pelo Vaticano II, vai ser fruto de uma retomada da percepção do papel do Espírito Santo, o qual não só leva adiante a missão da Igreja, mas também a constitui: “Ressurgindo dos mortos, Cristo enviou aos discípulos o seu vivificante Espírito, e por Ele constituiu seu Corpo, que é a Igreja,como sacramento universal de salvação”(LG 48). Sou de acordo com Beni dos Santos quando indica como chave de leitura deste novo período da Igreja após o Vaticano II, o reencontro ou a percepção da importância do Espírito Santo na Igreja: “O Vaticano II inaugurou um novo período da história da Igreja, e o renascimento da fé no Espírito Santo é o acontecimento principal deste período”. [13]

**2. INFLUÊNCIA DA PNEUMATOLOGIA**

**NA ECLESIOLOGIA DO VATICANO II**

O Espírito Santo já agia no mundo antes da glorificação de Cristo, mas foi em Pentecostes que ele veio sobre os discípulos para sempre, e fez aparecer a Igreja publicamente, vai dizer o Concílio [14]. Todo o movimento eclesial parte do Pai, pelo Filho, e para Ele retorna, ao sopro do Espírito. Assim teve início o tempo da Igreja [15] com a vinda do Espírito Santo, Ele a unifica na comunhão e no ministério, edifica-a e dirige-a (cf. Ef. 4,11-12;1Cor 12,4; Gl. 5,22). O tempo da Igreja é o tempo do Espírito. “A pneumatologia do Concílio Vaticano II é mais profunda do que a meramente deduzida do número de citações sobre o Espírito. O Concílio vê a Igreja a partir de uma perspectiva não monoteísta, e sim trinitária, em estreita relação com o plano de salvação do Pai (cf. LG,2) e com a missão do Filho (cf. LG,3) e do Espírito (cf. LG,4), até fazer dela um povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do espírito Santo (LG,4)”.[16]

O Vaticano II vai realizar algumas recuperações pneumatológicas importantes. A primeira que se pode apontar é determinante: diante da concepção eclesiológica que concebia a Igreja como “encarnação continuada”, o Vaticano II vai fundamentar a Igreja na missão do Espírito: o Espírito que ungiu Cristo para a missão, é o mesmo que vai aparecer para ungir a Igreja no início de sua missão (Pentecostes). Em segundo lugar apontamos a recuperação do sensus fidelium. Todo o povo possui a unção do Espírito Santo (1Jo 2, 20.27), assim, a universalidade dos fiéis, graças ao sentido da fé, não pode falhar em sua crença[17]. Em terceiro lugar aponta-se o resgate do tema dos carismas que muitos julgavam algo exclusivo da Igreja primitiva.

O Concílio vai ainda tirar as conseqüências desta realidade dos carismas proporcionados pelo Espírito à Igreja: a) tanto a instituição como os carismas não institucionalizados são dons do Espírito, portanto não se pode opor instituição a carisma, pois existe uma relação mútua entre a dimensão cristológica e a dimensão pneumática da Igreja [18]. b) O Espírito atualiza a inteligência da Palavra de Deus, suscita vocações, impulsiona a missão e o ecumenismo e atua nas demais comunidades cristãs. c) Também a teologia da Igreja Local se fundamenta nesta ação plural do Espírito, que distribui seus dons a pessoas, comunidades, lugares e culturas diferentes. O Espírito sopra do alto, são os sacramentos, portadores da graça, mas também sopra de baixo comunicando seus carismas aos membros da Igreja. O sacramento cristão é uma resposta humana à iniciativa divina em Cristo. [19]

Graças a essa nova visão, a Igreja viveu após o Vaticano II uma nova orientação marcada por um clima de diálogo. A visão pneumatológica do Vaticano II não esgota suas perspectivas na Igreja, e assim, na Constituição sobre a Igreja no mundo contemporâneo (Gaudium et Spes), se introduz uma nova visão do Espírito presente no mundo [20]. Essa afirmação da presença do Espírito no mundo e na história é de capital importância teológica e eclesiológica. A Igreja deixa de possuir o monopólio da verdade e do Espírito e, sem negar a revelação que ela recebeu do Senhor e que custodia com fidelidade, se abre a todos os povos, raças culturas e religiões numa atitude de diálogo na busca do Reino [21]. O primeiro artigo do Credo aponta para Deus Pai, o segundo para o Homem-Deus, o Filho e o terceiro para o Homem, “se trata do homem que participa da ação de Deus pela força do Espírito Santo”. [22]

Hoje, a teologia e a espiritualidade da encarnação que constituíram o espírito do Concílio e os anos que a ele se seguiram, cedem passo a correntes mais espirituais e menos atentas aos sinais dos tempos e às pessoas, por isso é necessário resgatar esta pneumatologia do Concílio Vaticano II. Esta dimensão pneumática da Igreja será uma das contribuições mais fecundas da Lumen Gentium para a renovação da Igreja “A redescoberta do Espírito significa uma outra maneira de se falar da Igreja, significa, sobretudo uma nova maneira de viver a Igreja”. [23]

**3. RELAÇÃO ENTRE O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA**

O Novo Testamento nos atesta em inúmeras passagens que o Espírito Santo é enviado à Igreja, permanece na Igreja e a “conduzirá à verdade” (Jo. 16,13). A missão do Filho culmina com o envio do Espírito Santo. Tornou-se clássica, pela sua concisão, e autoridade, a citação de Santo Irineu de Lyon: “Onde está a Igreja, aí está também o Espírito de Deus; e onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça. E o Espírito é a verdade”[24]. O Vaticano II vai comparar a relação entre a Igreja e o Espírito com a relação entre alma e corpo, ele vivifica, unifica e move todo o corpo da Igreja.[25] Com relação à Igreja podemos dizer que o Espírito Santo é, portanto a alma da Igreja. Está presente em tudo o que a Igreja é e faz. Ele faz da Igreja o seu mais excelente campo de atuação[26].

Fica evidente que a Igreja não possui somente uma origem cristológica, mas também uma origem pneumatológica. Existe uma unidade originária, entre Cristologia e Pneumatologia. A Igreja deve ser pensada não só a partir do Jesus carnal (Jesus histórico), mas também a partir do Jesus ressuscitado (Jesus da fé), ou seja, a partir do Espírito Santo que é a força permanente e atuante mediante a qual o ressuscitado permanece presente. A Igreja é sinal-sacramento e instrumento de Cristo ressuscitado na força do Espírito. A Igreja é criatura do Filho e do Espírito ao mesmo tempo.

Há, portanto, um princípio de correlação: desde o dia da encarnação (por obra do Espírito Santo), toda presença de Cristo se acha relacionada de modo inseparável com o Espírito Santo, de tal forma que, uma vez provada a presença de Cristo, fica igualmente provada a presença do Espírito Santo. “Cristo e o Espírito edificam conjuntamente a obra de Deus. A carta aos efésios é testemunho desta colaboração. O selo do Espírito expressa a pertença a Cristo (Ef. 1,13) e o Espírito reúne os membros para formar o Corpo de Cristo (1Cor. 12,13). Cristo e o Espírito Santo não fazem obras paralelas, mas são as duas mãos do Pai.”[27] Por isso se pode afirmar que o livro do Filho é o Novo Testamento e o livro do Espírito Santo é a história da Igreja, pois Ele escreveu através da vida dos cristãos.[28]

A Igreja mesmo em seu aspecto institucional, não se baseia somente na encarnação do Verbo, mas na fé e no poder dos apóstolos inspirados pelo Espírito Santo: “Os apóstolos instituíram e fundaram a Igreja participando e distribuindo aos crentes o mesmo Espírito Santo que eles receberamdo Senhor[29]. Considerando esta origem pneumática da Igreja, podemos dizer com E. Schillebeecks que num aspecto meramente teológico, “a mãe da Igreja não é a Santa Virgem, mas o Espírito Santo”. [30]

Coloca-se aqui a questão da Igreja que nasce do povo, uma questão discutida, mas, que somente ganhou espaço pelo medo de se interpretar esta realidade no sentido de se entender Povo de Deus como uma Igreja que, nascendo do povo seria assim, obra dos homens e não de Deus. Porém, a teologia latinoamericana que elaborou este conceito de Igreja que nasce do povo jamais o fez sem a consciência clara de que isto só é possível pela força do Espírito: “As Cebs nascem deste Espírito que se manifesta, se organiza no meio do Povo de Deus. Reconhecer esta presença do Ressuscitado e do Espírito no coração dos homens leva a conceber a Igreja mais a partir da base do que a partir das cúpulas; é aceitar a co-responsabilidade de todos na edificação da Igreja, e não de alguns da instituição eclesial”.[31] Esta Igreja que vai surgindo é fruto do Espírito e não de uma estratégia ou planejamento pastoral, é o Espírito agindo profeticamente na base da Igreja, provocando uma eclesiogênese pneumática”.[32]

A conceito da Igreja como Povo de Deus constitui-se no cerne da renovação eclesiológica conciliar, foi uma opção que expressou uma vontade de mudança em relação ao conceito de societas perfecta, e de novidade, no sentido de buscar na imagem vetero-testamentária de Povo de Deus, uma fonte original. A categoria Povo de Deus tornou-se dominante na autocompreensão da Igreja somente com o Vaticano II. Por isso, ela não é, apenas, uma metáfora aplicada à Igreja, mas expressa seu ser, sua realidade mais profunda e íntima.[33] Esta categoria não é outra coisa do que a manifestação do mistério da Igreja.

O sínodo de 1985 quis privilegiar o conceito de Comunhão, proveniente do conceito Corpo de Cristo, sobre o de Povo de Deus. Porém, estes são conceitos complementares e não excludentes [34] e na origem dos dois está o Espírito Santo. Antes é preciso existir um Povo, para que ele esteja em comunhão por isso Povo vem antes: Deus criou o homem (povo) para em seguida entrar em comunhão com ele. “Na Igreja tudo é divino e tudo é humano ao mesmo tempo. Não se diminui a divindade salientando a humanidade, porque todo o humano procede de Deus também. Assim como a humanidade de Jesus não prejudica nem limita a sua divindade, assim a humanidade da Igreja não impede que ela seja também o Corpo de Cristo e a habitação do Espírito Santo”.[35]

Podemos concluir que o princípio pneumatológico da Igreja faz perceber que somente à luz da missão do Espírito Santo, a Igreja fundada por Jesus Cristo morto e ressuscitado, sob a fé dos apóstolos, adquire seu brilho total: “Porque são três que dão testemunho; o Espírito, a água e o sangue, e estes três são unânimes num só propósito”(1 J0 5, 8). Entre a missão ou obra de Cristo e a missão ou obra do Espírito Santo, há homogeneidade de finalidade e de conteúdo. A obra do Espírito é a própria obra de Cristo, sua função é lembrar o que Cristo disse e dar testemunho Dele (J0 14,26; 1 J0 4, 1ss), “Cristo construiu a casa, o Espírito Santo mora nela”.[36]

Mas o que mais chama a atenção, a partir de tudo o que se expôs até aqui referente ao Espírito Santo e a Igreja, é a repercussão concreta e histórica da presença do Espírito Santo na própria Igreja. Quais as conseqüências práticas desta realidade na compreensão e vivência do ser Igreja hoje?

**4. ESTRUTURA FRATERNAL DA IGREJA:**

**“Jesus... primogênito entre muitos irmãos” (Rm. 8,29)**

Jesus prega o Reino de Deus, seu valor é absoluto e no cerne da sua pregação está a mensagem da libertação do pecado como diz a carta aos gálatas: Cristo nos libertou para que sejamos verdadeiramente livres (Gl. 5,1). “Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem...”.[37] Portanto, a conseqüência maior, o fruto do Espírito na Igreja é a vida na liberdade: O evangelho cristão é sinônimo de vocação para a liberdade... Uma Igreja que não instalar a liberdade em suas estruturas terá dificuldades em anunciar o verdadeiro Evangelho [38]. São Paulo pregando na cultura grego-romana vai traduzir o conceito judeu de Reino de Deus para o conceito de liberdade.[39] Podemos perguntar então o que é esta liberdade a partir do Evangelho. Jesus ao lavar os pés dos discípulos na última ceia já indica o cerne da caridade como ágape (amor-serviço) entrega da vida, esta é a liberdade para o cristão: liberdade como amar e servir. São Paulo vai escrever aos coríntios: “O Senhor é Espírito e onde está o Espírito do Senhor há liberdade” (2Cor 3,17)

No início, experimentou-se a vida nova nas Igrejas como uma vida no Espírito, e a característica mais notável desta vida era a sua liberdade: “Nos escritos apostólicos aparece um consenso sobre o que distingue os fiéis das Igrejas dos fiéis das sinagogas. É a presença e ação do Espírito. Sendo o Espírito liberdade, a lei fica relativizada”.[40] Portanto a liberdade do Espírito é a liberdade para o amor-serviço, pois quem ama cumpre toda a Lei (Rm. 13,10). O Espírito Santo concede ao fiel a tríplice liberdade do pecado, da Lei e da morte (Rm 8,2-11). A própria Igreja tem uma missão libertadora, pois ela é movida pelo Espírito Santo que é fonte de liberdade.[41] Esta missão de pregar a Boa-nova que é salvação e libertação precedeu a comunidade e a formou.

Principalmente a partir de Trento, a virtude mais exaltada foi a da obediência. Assim, soa revolucionário insistir na liberdade como núcleo central do cristianismo, principalmente quando a colocamos como conteúdo do Reino de Deus, que começa aqui e tem sua consumação na eternidade, Reino de Deus que é conseqüência da libertação que Deus está operando nas criaturas e em toda a natureza como escreve São Paulo.[42] O Vaticano II vai tirar algumas conseqüências importantes desta centralidade da liberdade na mensagem evangélica ao falar de liberdade de consciência e liberdade religiosa.[43] Isto nos coloca o problema de passar de estruturas de autoridade para estruturas de liberdade na corresponsabilidade, e esta talvez seja a tarefa mais exigente da Igreja hoje: “A Igreja vive em uma história que tem por fundamento a ressurreição de Cristo crucificado e por futuro o reino universal da liberdade”.[44] A liberdade, a amizade, não a subordinação, ou o mêdo, são características de uma Igreja que se concebe unida na força do Espírito Santo; “eu não vos chamo servos, e sim amigos” (Jo. 15,15).

Para ser uma Igreja de comunhão e participação é imprescindível esta liberdade, porque sem ela não pode haver diversidade e pluralidade, que é marca da Igreja do Novo Testamento, Igreja esta, paradigmática e normativa para todos os tempos. Reconstruir a vida comunitária, criar comunidades solidárias e de serviço é uma tarefa da Igreja para hoje: “A Igreja deve se tornar uma casa e uma escola de comunhão”.[45] Para que a Igreja apareça mais humana e comunitária - e aqui queremos dizer que, mais humana e comunitária significa mais divina, pois a plenitude humana é configuração com Deus e a comunidade é imagem da Trindade - é necessária a vivência da vocação à liberdade e, para que tudo isto aconteça, são necessárias mudanças e reformas, pois “a Igreja se renova e se purifica sem se deter, sob a guia do Espírito Santo”.[46]

Os bispos reunidos em Puebla deixaram claro a necessidade de transformação das estruturas eclesiais [47]. Em nenhum momento no tempo, nenhuma estrutura particular, nem mesmo uma sentença dogmática específica, apreendem o mistério todo de Deus.“Em nenhum ponto no processo histórico, o Espírito de Deus, vital e vivificante em qualquer formulação, imobiliza-se em qualquer formulação ou instituição humana”. [48] A renovação e a reforma são inerentes ao ser da própria Igreja. O cristianismo surgiu como uma renovação e como uma reforma do Antigo Testamento, é uma particularidade do cristianismo o renovar-se constantemente no impulso do Espírito que renova todas as coisas. De fato o cristianismo é renovação constante, pois visa a converter o homem velho em homem novo. [49]

Já que o Evangelho é uma “mensagem de liberdade e uma força de libertação”,[50] o cristianismo “a lei perfeita da liberdade” (Tg 1,25; 2,12) e a Igreja pode ser definida como “instituição de liberdade cristã”,[51] toda busca de renovar a Igreja deve ser no sentido de que ela possa ser um sinal sempre mais perfeito da “liberdade gloriosa dos filhos de Deus”( Rm 8,21).

A ação do Espírito Santo é criadora e voltada para o futuro, ao mesmo tempo em que faz preservar a memória e a prática da mensagem de Jesus, sendo ainda o Espírito Santo princípio criador de diferenças e de comunhão. É nesta perspectiva que aqui se fala em renovação, levando-se em conta que tanto a instituição como o carisma, constituem a dinâmica viva e tensa da realidade cristã. Aponto três instâncias que parecem catalisar um consenso, como sendo mais necessitadas de serem continuamente vivificadas pela liberdade do Espírito que sopra insistentemente.[52]

**4.1. LIBERDADE NA FÉ: FIRMEZA E TOLERÂNCIA**

O caminho da salvação está na verdade, isto é no encontro do “gaudium deveritatis”, [53] expresso pelas verdades de fé, pelos dogmas definidos: quem não os aceita, não pode se considerar em comunhão de fé. O Vaticano II vai alargar o horizonte na compreensão da unidade na fé, ao privilegiar o uso de metáforas no estilo narrativo. “O cristão que lê a Bíblia compara-a com a própria vida, porque ela fala o linguajar da Bíblia. As metáforas e as narrações permitem grande flexibilidade”.[54] Reconhece-se a necessidade do Magistério que assegura a continuidade da Tradição.[55] Reconhece-se que o Colégio dos Bispos, sucessores dos apóstolos tenha no papa sua cabeça e exerça sua missão de mestres da Fé, como ensina o próprio Vaticano II.[56] Porém neste horizonte alargado pelo Vaticano II se reconhece também o sensus fidelium, como já se mencionou. A Bíblia é colocada nas mãos dos fiéis e o Espírito os orienta na compreensão da Palavra sendo que a tarefa de recriar o sentido da Palavra de Deus é tarefa de todos os cristãos. Há uma concepção dinâmica da verdade: “A Igreja, no decurso dos séculos, tende incessantemente à plenitude da verdade divina, até que nela se cumpram as palavras de Deus”.[57]

O Vaticano II proclamou a liberdade religiosa e a liberdade da fé. A liberdade é dom de Deus e construção progressiva, bem como a fé, que não se adquire instantaneamente, mas progressivamente[58]. Ademais, como escreve Walter Kasper, a certeza da fé é certeza da esperança. Isto significa que a fé sempre será contestada na história e que o crente tem a fé atrás de si, mas também, sempre diante de si.[59] Há uma tensão interior em todo ser humano, entre a consciência que “é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem”,[60] e o testemunho da verdade dado por Cristo, que porém “não a quis impor pela força aos seus contraditores”.[61] Enfim, devemos admitir que a fé deve ser solidária com os que perguntam e buscam: “Não pode reduzir-se a ser um lugar onde se encontra acolhido e a salvo, deve ser também um fogo de santa inquietação”.[62]

É evidente que aqui não se quer dizer que o cristão não deva ter firmeza na fé, mas sim que somos livres na verdade, é ela que nos torna livres, porém não somos livres acerca da verdade. O que se deseja dizer é que sempre se reconheceu na Igreja o que se poderia chamar de direito de consciência com o nome tradicional de “lex privata Spiritus Sancti” distinção com a lei exterior ou comum “lex canonum”.[63]

Para que isto aconteça é necessário evitar a tentação do eclesiocentrismo, presente em nossa mentalidade formada por um catecismo (de Trento) que não fazia menção do Reino de Deus, mas o confundia com a Igreja. Para o catecismo e a teologia oficial de então, a Igreja era o Reino de Deus, ela o suplantava na pregação de Jesus. Somente o Vaticano II vai introduzir a distinção entre Reino e Igreja colocando-a na perspectiva do serviço ao Reino. Assim, a supremacia do Reino baseia-se no teocentrismo, pois o Reino é de Deus, e não se coaduna com o eclesiocentrismo. “Convém ter em conta que a Igreja não é a salvação nem concede a salvação. É sacramento de salvação; é mediação, privilegiada é verdade, mas não absoluta”.[64] O Papa João Paulo II, na sua encíclica sobre a missão lembra que a Igreja não é a Reino, embora não possamos separar o Reino de Cristo e da Igreja.[65]

Se podemos dizer que a fé, “é o agir paradoxal de Deus em nós”[66], que ela é um caminho misterioso, devemos admitir que “a natureza da fé não é tal que nos permita, a partir de um certo momento poder dizer: eu a possuo, o outro não”.[67] Assim, a liberdade da fé vai exigir da Igreja, respeito e paciência amorosa, ao acompanhar o itinerário de fé a ser percorrido por cada um, sem abdicar porém de ser ela “a coluna e sustentáculo da verdade”(1Tm 3,15). É sugestivo o exemplo do apóstolo Paulo em relação à comunidade de Corinto: “Não é minha intenção dominar a fé que vocês têm, mas colaborar para que vocês tenham alegria” (2Cor.1,24).

**4.2. LIBERDADE DA COMUNIDADE: COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO**

Este item se refere ás estruturas eclesiais de uma forma especial. A pergunta fundamental é esta: como Jesus queria as comunidades? Respondendo a esta questão, Gerhard Lohfink descreve as características básicas da comunidade como renúncia a qualquer tipo de domínio e renúncia à violência. Em contrapartida a autoridade na Igreja constituída por Deus, deve brotar sempre do serviço e dedicar-se a promover a liberdade dos filhos de Deus movidos pelo Espírito.[68] Somente se torna possível a vivência da liberdade em comunidade, quando toda ela é permeada pela dimensão diaconal que determinou a existência do Jesus histórico, assim, as estruturas eclesiais do Novo Testamento e de sempre, devem ser vistas e esclarecidas à luz da vontade do Jesus histórico, ou seja, sob o signo da cruz.[69]

Aqui tornam-se necessárias duas observações: a) Na Igreja a autoridade não deriva puramente de decretos administrativos mas a eleição de ministros e dirigentes, deve obedecer às indicações do Espírito Santo [70]. É Ele que prepara as pessoas que devem exercer as diversas funções em uma comunidade e dota-as da capacidade de exercer a autoridade como serviço, e ainda, a capacidade de sofrer as humilhações, perseguições e sofrimentos que o exercício da autoridade vivida como serviço acarreta. b) A Igreja procede de Cristo e do Espírito, a autoridade na Igreja também procede de Cristo e do Espírito. Se considerarmos a autoridade somente proveniente de Cristo, chega-se a uma concepção de autoridade descendente (de cima para baixo). A hierarquia torna-se o motor de todas as ações da Igreja. Considerando-se a autoridade também derivada do Espírito, ha uma participação de todos nas decisões da vida da Igreja, pois o Espírito sopra também a partir dos fiéis, formando um povo de sacerdotes, profetas e reis. A hierarquia exerce seu papel assistindo e discernindo, mantendo a unidade, mas não é o motor de tudo. Não se pode prescindir de Cristo e do Espírito na consideração da autoridade na Igreja.

Somente a partir desta consideração básica sobre o exercício da autoridade na Igreja é que se pode falar da necessidade de unidade na pluralidade e na diversidade, pois, sem isto não pode haver liberdade: “Somente dentro dessa multiplicidade é que todos os cristãos podem participar ativamente na construção da Igreja”.[71] E aqui ganha força a proposta axial que permeou o espírito do Vaticano II que é o descentramento da Igreja, o qual a faria pensar mais no mundo, que em sí mesma, fazendo do homem o caminho da Igreja como propôs o papa João Paulo II.[72] O Deus sobre o qual o Vaticano II abre a constituição sobre a Igreja é o Deus, que “sendo amor”, é em si mesmo o Deus eternamente “descentrado”, por atrever-se a desvendar-nos seu mistério trinitário: o amor do Pai para com o Filho e a correspondência do Filho a este amor é um descentramento eterno no Espírito.[73]

Somente a partir desta consideração básica feita acima, se pode falar de valorização das Igrejas Particulares, da Igreja Local, de sinodalidade baseada no princípio de colegialidade e subsidiariedade. Sinodalidade que envolve desde os conselhos de pastoral paroquiais, até o Sínodo dos Bispos em nível de Igreja universal.[74] O Espírito conduzirá certamente a Igreja do futuro a uma maior comunhão e participação unindo as duas lógicas, a lógica da primazia (primado) que prevaleceu na Igreja do Ocidente e a lógica da sinodalidade que prevaleceu na Igreja do Oriente. “Essas duas lógicas são autênticas e não contraditórias: uma Igreja plenamente católica, se algum dia se chegar à unidade, deverá atualizar as duas lógicas, a primacial e a sinodal”.[75]

**4.3. LIBERDADE DE AÇÃO: SOLIDARIEDADE NA MISSÃO**

O Vaticano II contemplou o conceito de Povo de Deus aplicado à Igreja, porém, quando entrou nos problemas do agir, da prática pastoral, não deixou muito claro o nexo entre comunidade espiritual e comunidade jurídica.[76] Tende-se hoje a voltar à distinção radical entre clero e leigos no referente à missão. Muitas vezes, os leigos não têm a suficiente liberdade de ação para evangelizar, no contexto onde vivem. Há uma necessidade imperiosa da Igreja de evangelizar e isto implica tomada de decisões e riscos. Há também a necessidade de se preservar, protegendo as comunidades, administrando-as de forma adequada. Mas a administração não pode se sobrepor á evangelização, pois a Igreja existe para a missão. Porém a missão está determinada pela hierarquia, principalmente nos documentos referentes á doutrina social da Igreja.

Os leigos tem insegurança para agir, apesar de saberem que além dos carismas ministeriais ordenados, existem os muitíssimos dons não institucionais da graça, que o Espírito distribui a todos os membros da Igreja, com o objetivo de vivificar o Corpo de Cristo. Não se trata somente de talentos extraordinários e heróicos que são doados para o bem da comunidade, mas algo como o ascetismo, virgindade, a perseverança na fé, etc. “Estes carismas do Espírito podem ajudar a corrigir o ofício ministerial e vice-versa, estes devem encontrar no ministério o seu ponto de orientação, a fim de que se conserve a unidade realizada pelo Espírito Santo.”[77]

É preciso preparar leigos para que sejam missionários e possam atuar em favor do Evangelho, com liberdade de ação, na realidade onde vivem. Esta liberdade de ação na realidade é solidariedade na ação pastoral, solidariedade de todo o corpo da Igreja. Aqui vale lembrar o que é narrado nos Atos dos Apóstolos quando a comunidade de Antioquia fundada por cristãos leigos é reconhecida pelos apóstolos (At 11, 19-30). É muito significativo o que diz o Decreto conciliar Ad Gentes no número 21 sobre a importância do laicato na Igreja Particular: “O evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho dum povo, sem a ativa presença dos leigos. Por isso desde a fundação da Igreja, tenha-se o máximo cuidado em construir um laicato cristão maduro.”

As opções feitas pela Igreja a nível mundial,[78] opção pela defesa direitos humanos, opção pela justiça e pela paz, e aqui na nossa realidade latino-americana, opção por uma evangelização libertadora e opção pelos pobres, enfim, uma “nova evangelização”, só serão efetivadas se assumidas e levadas avante por um laicato atuante e esclarecido.[79]

**CONCLUSÃO**

Podemos ao concluir, afirmar que se deseja uma Igreja tomada pelo Espírito Santo e seguidora de suas inspirações. Não se deseja uma Igreja “espiritual” como o desejavam muitos segmentos da Igreja medieval, que propunham uma Igreja sem instituição, na qual “espiritual” seria o contrário de institucional. “Na prática a distinção entre Espírito e instituição não vai muito longe. Pois toda realidade humana é institucional”.[80] E o Espírito Santo não é somente doador de dons espirituais para a Igreja, mas Ele também providencia o bom funcionamento dos dons por Ele doados e a organização prática da vida da Igreja [81]. O que se deseja é uma Igreja de comunhão e participação como nos indicam os bispos em Puebla: “Depois da proclamação de Cristo que nos revela o Pai e nos dá seu Espírito, chegamos a descobrir as raízes últimas de nossa comunhão e participação”.[82]

Na economia da revelação divina, existe uma palavra própria do Pai, uma palavra própria do Filho, porém não há nenhuma palavra, ensinamento ou mensagem próprios do Espírito Santo. Ele não fala por si, mas inspira e faz falar os homens segundo as palavras do Pai e do Filho. Ele é sempre um dom para a missão de criar e libertar, ou seja, missão de dar e manter a vida. Assim, a práxis cristã é componente necessário do acolhimento do Espírito e conseqüentemente do encontro autêntico com Cristo: “Se vivemos pelo Espírito, procedamos também de acordo com o Espírito”(Gl. 5,25). E se o Espírito é espírito de liberdade, sabemos que a liberdade se realiza no serviço voluntário aos outros especialmente os mais necessitados, na defesa da vida. Neste sentido a Igreja é chamada a ser dócil à força do Espírito, que a inspira a renovar-se continuamente, pois o Espírito faz novas todas as coisas, na tarefa de leva-las à perfeição.

Esta práxis exigida para que a Igreja se mostre hoje dirigida pelo Espírito Santo, vai na direção de impulsionar a formação de comunidades. As comunidades pequenas são o local onde a força do Espírito pode manifestar-se com mais veemência, pois somente aí pode acontecer a partilha, a comunhão no agir e uma efetiva participação. É aí que a Igreja pode ser sal e fermento, pode ser o pequeno rebanho que assim sendo se torna grande sinal.[83] Neste sentido, o Espírito Santo faz a Igreja compreender o que humanamente é incompreensível: a sabedoria da cruz.[84] A sabedoria da cruz é eleição daquilo que é mais fraco, a ausência de poder, o confronto com o mundo, unicamente pela força da fraqueza, isto é, pela força do testemunho, da profecia, da palavra e do martírio. É na força do Espírito que a Igreja pode fazer e viver a opção pelos pobres a exemplo de Jesus (Lc. 4, 1-22).

Com razão pode o cardeal Henri de Lubac sintetizar o espírito do Concílio Vaticano II como sendo “abertura e liberdade” [85], pois estas duas características são lídimos frutos de uma Igreja dirigida pelo Espírito Santo. E foram estes os frutos desejados pelos padres que realizaram o Vaticano II: abertura para o diálogo com o mundo e as demais denominações religiosas e a liberdade evangélica.

O Espírito sinaliza a necessidade de mudanças na Igreja e é nele que devemos colocar nossas esperanças de mudanças, mais que na Igreja devemos crer no Espírito Santo presente na Igreja. É o Espírito de Jesus que a vivifica continuamente. “Ao colocar minha esperança neste Espírito, posso dizer em consciência, apesar de tudo: creio na Santa Igreja: credo sanctam Ecclesiam”.[86] Nenhum discurso talvez tenha sintetizado melhor os efeitos da ação do Espírito Santo na Igreja que aquele proferido pelo patriarca de Antioquia, Ignácios Hazim, cujo trecho a seguir se tornou clássico:

“Sem Ele (o Espírito Santo) Deus fica distante; Cristo permanece no passado; o Evangelho é letra morta; a Igreja, uma simples organização; a autoridade, um domínio; a missão propaganda; o culto, uma simples recordação e a prática cristã, uma moral de escravos. Mas, no Espírito Santo, o Cosmo é elevado e geme nas dores do parto do Reino, o homem luta contra a carne. Então: Jesus ressuscitado está aqui; o Evangelho é potência de vida; a Igreja significa comunhão trinitária; a autoridade é um serviço libertador; a missão um Pentecostes; a liturgia é memorial e antecipação e a ação humana é divinizada”. [87]

O Espírito nos situa na perspectiva de Deus, faz vislumbrar o futuro de Deus e assim nos livra da perspectiva meramente humana, condicionada por nossos pecados. Somente no Espírito existe verdadeira conversão e transformação da mente, renovação de nossa inteligência ( Rm 12,2). O Espírito altera e renova tudo o que há em nós com seu fogo iluminador e purificador. “O Espírito vem depois da Cruz, depois da Morte. Opera em nós a Ressurreição e faz-nos passar para a outra margem. A inversão que o Espírito provoca é total. A sabedoria deste mundo converte-se em loucura e o mistério da cruz na verdadeira sabedoria”.[88]

O Espírito coloca a Igreja na dimensão libertadora da cruz que propõe sempre a sua renovação e purificação, porém não podemos esquecer que a cruz para o cristão se não for fecundada com a força da ressurreição fica incompleta. Assim o fruto máximo do Espírito é a liberdade para amar testemunhando a alegria pascal. Alegria que se refere ao sentido último e radical que é ter a vida envolta no mistério insuperável da graça amorosa e salvífica de Deus.

Prof. Dr. Cônego Pedro Carlos Cipolini

Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade Gregoriana/Roma, Professor titular da Faculdade de Teologia da PUCCAMP e Pároco da Basílica N. Sra. do Carmo em Campinas-SP.

........................................................................................................................